

Ex.mos Senhores Deputados da Comissão de Educação e Ciência e Cultura da AR

Para melhor esclarecermos as razões do nosso pedido de audiência com carácter de urgência, passamos a apresentar sucintamente a nossa situação.

Em outubro de 2013, os 340 alunos dos cursos de Mestrado em “Educação Pré-escolar”, em “Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico”, em “Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico” em “Ensino do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico” da Escola Superior de Educação João de Deus, dos anos 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, foram surpreendidos pela informação da cessação imediata do processo de avaliação e pela ameaça de cassação de todos os diplomas e certificações que tinham obtido até à data.

Desde esta data temos tentado apurar as razões para esta medida tão radical junto da escola e das instituições da tutela e segundo o que apuramos existe um diferendo entre a ESEJD e a A3ES com uma ação pendente no tribunal Administrativo de Lisboa sobre o processo de acreditação dos mestrados.

Temos contactado, desde então a A3ES, a DGES e a secretaria de Estado do Ensino Superior no sentido de retirar os alunos desta situação angustiante de impasse e ameaça a cuja origem são totalmente alheios.

Desde de novembro do 2014, depois de um parecer da Procuradoria-Geral da República que não obtemos qualquer resposta por parte dos órgãos da tutela explicando o que se está a fazer para se resolver rapidamente a situação, uma vez que, quanto mais tempo ela demorar mais será agravada.

Lembramos que os envolvidos são jovens com as vidas suspensas numa altura crucial das mesmas e ainda as famílias que os apoiaram financeiramente, e que, para além disso, agora também os têm que suportar psicologicamente.

Declaramos desde já que não somos movidos por qualquer interesse político e não estamos aqui contra ninguém, embora nos sintamos imensamente prejudicados pela situação. Somos sim, a favor de uma solução que minimize os danos a todos os envolvidos colocando em primeiro lugar os alunos, reconhecidamente inocentes e gravemente lesados pela situação.

Por outro lado estamos encurralados e temos a forte convicção que a razão está do nosso lado, pelo que, queremos manifestar desde já a nossa determinação em levar o caso até às últimas consequências.

Pelo exposto, atendendo ao normal funcionamento dos ciclos de estudos e à boa-fé dos alunos, pretendemos o reconhecimento da formação académica e a possibilidade da sua conclusão e não uma mera indemnização que obrigaria à repetição dos mestrados.

Agradecemos desde já todo o vosso apoio e atenção para esta grave situação. Subscrevemo-nos respeitosamente,

Fernando Martins Machado de Carvalho (pai de uma aluna, CC 05536054)

Maria José Salvado Gonçalves (aluna, CC 10925400)

Ana Maria Ribeiro da Fonseca Marques (mãe de uma aluna, CC 5341193)

Ana Paula Nunes Silva Pires Pessegueiro (mãe de uma aluna, CC 05341891)